



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019.

MODALIDADE: Pregão Presencial

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 80.912.124/0001-82, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal **Sr. VILMAR SCHMAEDECKE**, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF sob o nº. 938.411.089-20 e Carteira de Identidade nº. 3.299.783, residente e domiciliado na localidade de Linha Anta Gorda, Interior, município de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor preço por Lotes, no regime de contratação de preços unitários, para **Contratação de empresa especializada em acessibilidade as redes mundiais de computadores (sinal de INTERNET), para as secretarias municipais de São Miguel da Boa Vista/SC e sinal de internet para as torres das Linhas Poço Parado e Traíras**, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei Federal nº. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 29/08/2019, até às 08:00 horas, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações e Contratos. O início da sessão pública ocorrerá às 08:15 horas, do dia da entrega dos envelopes.

1. OBJETO

1.1 - **Contratação de empresa especializada para instalação de uma rede de dados com sinal e acesso a rede Mundial de computadores (Internet), baseada em cabeamento de fibra óptica nas secretarias municipais, e de sinal de internet para as torres localizadas nas Linhas Poço Parado e Traíras**, conforme descrição dos itens, valores máximos expressos no Termo de Referência, anexo II.

Parágrafo primeiro: O serviço de implantação para fornecimento do sinal de internet correrá por conta da contratada.

Parágrafo segundo: Nos planos de sinal de internet para os órgãos públicos e para as torres das Linhas Poço Parado e Traíras, a contratada deverá realizar a instalação, manutenção e disponibilização de equipamentos externos e cabeamento de alta velocidade, necessários para o funcionamento do sinal de internet, com whatsapp e telefone disponível para contato direto com o suporte, e prazo máximo de 30 minutos para iniciar os reparos em caso de problemas lógicos, e de 02 horas em caso de problemas físicos, se não forem decorrentes de acidentes externos, como poste caído.

Parágrafo terceiro: Todos os itens ficam sujeitos as regras da ANATEL.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão às pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital.

2.2 - Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, punidas com suspensão de licitar ou contratar com a Administração Municipal, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



2.3 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 – ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 - Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

3.1.1 – Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de habilitação” deverão estar devidamente fechados e entregues ao **Pregoeiro**, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço datas e horários especificados abaixo:

LOCAL: Rua São Luiz 210- Centro – Setor de Compras – São Miguel da Boa Vista/SC.

DATA: 29/08/2019

HORÁRIO: 08:00 hs.

3.1.2 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

3.1.3 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Comercial" ou "Documentos de Habilitação"), no envelope contendo a Proposta deverá conter as informações na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº. 001 (PROPOSTA COMERCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 29/08/2019. HORA:08:15hs.

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº. 002 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

ABERTURA: 29/08/2019 HORA: 08:15 hs.

3.2 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados:

a) ou no original;



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro Da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC;

c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

3.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.4 - A autenticação, quando feita pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, será efetuada, em horário de expediente, no setor de Compras ou na própria seção, até o horário limite para a entrega dos envelopes.

3.5 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens, objeto da presente licitação.

3.6 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

3.7 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

3.8 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidade supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.9 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

3.10 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 001)

4.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - A proposta deverá estar comprovadamente subscrita pelo representante legal da empresa, e deverá ser apresentada sob o critério de **menor preço por item**, sendo emitida **em formulário próprio datilografado ou impresso, em uma via, assinada e sem rasuras, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos com somente dois algarismos depois da vírgula.**

II - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

III - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



IV - Conter preço unitário por item;

4.2 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.3 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

4.4 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

4.5 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

4.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

5 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 2)

5.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter: ANEXO I.

6 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, ou apenas acompanhar a licitação, com poderes gerais de representação, porém sem poderes para ofertar lances, deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº. 3.555/00.

6.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

I - Documento Oficial de Identidade;

II - Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços, se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

III - Documentos comprobatórios, quando este for o caso, de ser o credenciado sócio da sociedade, com poderes para sua representação, ou titular de firma individual (atos constitutivos da pessoa jurídica, atos comprobatórios de eleição, declaração de firma individual, etc., conforme o caso).

IV – conforme Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, as empresas enquadradas no estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, devem apresentar documentos que comprovem o enquadramento destas que são: certidão simplificada da junta comercial, registro civil de pessoa jurídica e ou comprovante de empresa optante ao simples nacional na receita federal. Caso a licitante não apresente tais documentos de comprovação do enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ato do credenciamento (mesmo que estiver enquadrada), perderá automaticamente



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



o direito de fazer uso das vantagens da Lei Complementar nº. 123/06, quanto à regularidade fiscal e direito de preferência.

V - Certificado de curso em segurança em instalações e serviços com eletricidade – NR 10 de no mínimo um colaborador registrado na empresa, juntamente com o comprovante do vínculo do colaborador com a empresa.

VI - Certificado de curso segurança em trabalho em altura – NR35 de no mínimo um colaborador registrado na empresa, juntamente com o comprovante do vínculo do colaborador com a empresa.

VII - Certidão de pessoa jurídica do CREA em vigor na data da entrega da proposta.

VIII - CRC junto a CELESC distribuição para os grupos abaixo:

- a) Serviço de fusão de fibras em cabos ópticos dielétricos;
- b) Locação de fibras ópticas;
- c) Manutenção em cabo óptico dielétrico;
- d) Lançamento de cabos e instalação de acessórios para implantação de redes ópticas através de cabos dielétricos.

IX - Comprovante de aptidão emitido pela ANATEL pertinente e compatível com o objeto desta licitação, especificamente licença SCM, mediante cópia do contrato de concessão ou termo de autorização para a prestação deste serviço, nos termos da legislação em vigor.

X- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e do trabalho do menor conforme anexo IV;

XI - Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação conforme anexo V;

6.3.1 - Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, à vista do original.

6.4 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

6.5 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.7 – A não participação de um representante devidamente credenciado conforme itens acima não serão abertos os envelopes da empresa.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registradas em ata os nomes das licitantes.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



7.1.1 A empresa poderá enviar sua proposta e documentação por meio de entrega postal, desde que envie fora do envelope os documentos relativos ao credenciamento, do contrário a mesma não será credenciada a participar do certame.

7.2 - Após recebidos os documentos pelo Pregoeiro na forma do subitem 7.1 e dado início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.3 - Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas de preço, sendo feita sua conferência e rubrica, pelo pregoeiro, equipe de apoio e demais participantes.

7.4 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Divisão por etapas para ordenamento dos trabalhos;

8.1.1 - O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do Menor Preço por lote:

I – a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II – a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope “Documentos de Habilitação” do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital, esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

8.2 - Etapa de **Classificação de Preços**.

8.2.1 - Serão abertos os envelopes “Proposta de Preços” de todas as licitantes.

8.2.2 - O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2.3 - O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.

8.2.4 - O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.2.4.1 - O valor máximo, em Reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 8.2.4, será o valor da proposta válida de menor preço.

8.2.5 - Quando não houver, pelo menos, três propostas escritas de preços classificadas conforme o subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.6 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



8.2.7 - O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.2.8 - Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

I – neste momento o pregoeiro terá conhecimento das licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e que apresentaram proposta final em até 05% (cinco por cento) superior a melhor proposta, terão o direito de preferência para ofertar uma proposta inferior a proposta melhor classificada.

8.2.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.2.10 - Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.2.11 - Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.12 - Se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.2.13 - Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.2.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.2.8, 8.2.11 e 8.3.4, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.

8.2.15 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do subitem 16.1, deste Edital.

8.2.16 - Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos serviços condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.2.17 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.3 - Etapa de **Habilitação**, Declaração da Licitante Vencedora e Adjucação.

8.3.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 9.2 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.

8.3.2 - Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados; salvo as licitantes que apresentaram documentação no credenciamento e estão enquadradas no Regime de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, terão um prazo de 02(dias) úteis sendo prorrogado por igual período a critério da administração Pública, para apresentar nova comprovação de regularidade fiscal exigida no edital.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



8.3.3 - Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio Pregoeiro, na hipótese da inexistência de recursos, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese da existência de recursos.

8.3.4 - Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro.

8.3.5 - Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8.3.6 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora.

8.3.6.1 - Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

8.3.7 - Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Prefeito para julgamento de tais recursos e, em caso de improvimento dos mesmos, para adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Ao final da sessão, após declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 05 dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final de cada lote do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

9.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua São Luiz 210 - Centro – São Miguel da Boa Vista/SC.

9.5 - Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões intempestivamente apresentadas.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



10 - DO CONTRATO

10.1 – Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da licitante vencedora será convocado para, imediatamente, firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente à proposta aceita.

10.2 - A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

10.3 – O sinal de internet, objeto da licitação, deverão ser entregue no Município licitante com estrutura completa conforme especificado no Objeto e profissionais devidamente especializados para a manutenção dos respectivos serviços.

10.5 - A Contratada se obriga a prestar os serviços contratados no prazo previsto, nas condições contratadas e horárias estipuladas pela contratante.

10.6 - A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais ofertados, bem como é responsável por eventuais custos adicionais.

10.7 - Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação, ou recusar-se, injustificadamente, a entregar os serviços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.8 - Nos planos de sinal de internet para os órgãos públicos e para as torres das Linhas Poço Parado e Traíras, a contratada deverá realizar a instalação, manutenção e disponibilização de equipamentos externos e cabeamento de alta velocidade, necessários para o funcionamento do sinal de internet, com whatsapp e telefone disponível para contato direto com o suporte, e prazo máximo de 30 minutos para iniciar os reparos em caso de problemas lógicos, e de 02 horas em caso de problemas físicos, se não forem decorrentes de acidentes externos, como poste caído. A assistência técnica deverá ser durante toda a execução do contrato.

10.9 - Todos os itens ficam sujeitos as regras da ANATEL.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral.	3390000000000000	Aplicação direta

12 - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

12.1 - Caso o proponente cotar preço maior ao estipulado será automaticamente desclassificado do processo.

13 – DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será feito pelo Município, mediante Depósito Bancário, até o 5º dia útil após a liquidação, mediante apresentação de nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato, sendo verificado antes do pagamento a regularidade fiscal.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



13.2 - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

13.4 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

14 - OS ENCARGOS

14.1 - Incumbe a Administração Municipal:

I - Fiscalizar, através dos Secretários de cada pasta, a efetiva entrega do sinal de internet na exata velocidade contratada.

I.I - aplicar, quando cabível, através dos Secretários de cada pasta, as penalidades cabíveis e previstas no Edital.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

14.2 - Incumbe a Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a entrega do sinal de internet, objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais/serviços fornecidos;

III - cumprir os horários de atendimento e disponibilizar ferramenta online para media periodicamente a velocidade contratada com fins de aferição;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, e demais custos que se fizerem necessários para a entrega efetiva do serviço.

VII – fornecer todos os materiais, equipamentos e serviços necessários para a manutenção e entrega efetiva do sinal de internet por todo período do contrato.

VIII – disponibilizar profissionais especializados e treinados dentro das normas exigidas pelos órgãos fiscalizadores para cada área de atuação exigida nos itens (objeto da licitação).

IX – fornecer, sem custo para o município, todos os materiais, peças, materiais e equipamentos externos, necessários para o bom funcionamento e recebimento do sinal de internet, mantendo assim a qualidade total do serviço contratado.

X - A Empresa Contratada deverá efetuar manutenção e concerto, sempre que solicitado e nos prazos previstos no item 10.8.

XI – A Empresa Contratada deverá disponibilizar um canal para contato 24 horas para solicitação de



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



serviços ou manutenção da rede.

XII – O prazo para instalação dos equipamentos nas torres da Linha Poço Parado e Linha Traíras será de no máximo 20 dias, conforme disposto no objeto constante no termo referência.

15 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

15.1 - O objeto da licitação será fiscalizado pelo Secretário de Administração ora nominado fiscal do Contrato, o qual deverá ser entregue e instalado na Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista e suas Secretarias, no prazo máximo de 30 dias corridos, em todos os setores informados no objeto, sendo que neste período a contratada deverá manter o sinal já existente, realizando a transição somente após a instalação de todos os equipamentos, para que não sejam prejudicados os trabalhos das secretarias.

15.1.2 - O prazo para instalação dos equipamentos nas torres da Linha Poço Parado e Linha Traíras será de no máximo 20 dias, conforme disposto no objeto constante no termo referência.

15.2 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15.3 - Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato (Secretario(a) da Pasta) e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

16.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por hora de atraso cada vez que houver falta/falha na assistência técnica e demora em solucionar os problemas no fornecimento do sinal, conforme item 10.8.

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de suspensão nos serviços ou infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência.

c) De 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.

16.3 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 dias úteis contados da respectiva intimação.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



16.4 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.5 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

16.6 - As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.2, I poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do subitem 16.2.

17 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

17.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento e na solução dos problemas com as impressoras;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela autoridade máxima Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

17.3 - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

18.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

18.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura de São Miguel da Boa Vista/SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.7 - O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº. 8.666/93.

18.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.9 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maravilha/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



18.10 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos locais e horários anteriormente estabelecidos.

18.11 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

18.12 - Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo pregoeiro e equipe de apoio.

18.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I – HABILITAÇÃO.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI- MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

19. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

19.1 Este Pregão será devidamente publicado nos órgãos oficiais e afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC para conhecimento e consulta dos interessados.

19.2 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 07:00 às 13:00 horas, no setor de compras e licitações até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

São Miguel da Boa Vista/SC, 15/08/2019.

VILMAR SCHMAEDECKE

PREFEITO MUNICIPAL

Bruna Gudiel
Secretária de ADM e Fazenda

Daiane Teixeira
Secretaria de Saúde

Marcelo J. Muller
Resp. Assistência Social

Magali Glienke
Sec. de Educação, Cultura e Esportes

Pedro N Ferraz
Secretário SMER

Gilberto J. Bloss
Secretário de Agricultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019

MODALIDADE: Pregão Presencial



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019

Para o presente Processo Licitatório, será necessária a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal, quando não se tratar de documento aferido pela internet.

Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Certidão Negativa	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
Certidão Negativa	Certidão Negativa de Falência e Concordata e recuperação judicial da comarca onde está localizada a empresa.
Certidão Negativa	<u>Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.</u> As licitantes sediadas em outros Estados deverão apresentar, juntamente com a certidão negativa exigida, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e concordatas. Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, a certidão de "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverá ser solicitada tanto no sistema eproc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade. Para licitantes de outros estados, verificar na certidão a exigência de documentação complementar para validação.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de uma rede de dados com sinal e acesso à rede Mundial de computadores (Internet), baseada em cabeamento de fibra óptica nas secretarias municipais, e de sinal de internet para as torres localizadas nas Linhas Poço Parado e Traíras, conforme descrição dos itens, valores máximos expressos abaixo:

LOTE	Quant	Und	Descrição	Valor Máximo/mês:	Unit.
01	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Administração. Um link de internet de no mínimo 30MBPS Download, com garantia de 100% de banda contratada, e um link de no mínimo 15 MBPS Download com garantia de 100% de banda contratada.	R\$ 250,00	
	12	Mês	INTERNET FULL – Secretaria de Saúde. Sendo de no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%, IP FIXO.	R\$ 250,00	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	R\$ 250,00	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Agricultura. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	R\$ 250,00	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Estradas e Rodagem. Sendo no mínimo 15 MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	R\$ 150,00	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Assistência Social. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	R\$ 250,00	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Conselho Tutelar. Sendo no mínimo 15 MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	R\$ 150,00	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Creche Municipal. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	R\$ 250,00	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Centro de Convivência e fortalecimento de vínculos. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com	R\$ 250,00	



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



			garantia de taxa de transmissão de 100%.	
02	01	Ser	Sinal de internet para as torres da Linha Poço Parado e Linha Traíras – com sinal de internet em cada torre de no mínimo 100mbs, sendo que cada torre deverá ter equipamentos novos com tecnologia AC, com cabos e conectores blindados para cada ponto de acesso, suporte de equipamentos, podendo ser alimentados com energia elétrica ou painel solar (painel solar 275w, bateria 220ah estacionária, controlador carga 30ah estacionaria painel solar, caixa para bateria solar, mantendo até 06 (seis) dias de conexão sem interrupção em caso de não haver sol) com equipamentos com capacidade de transferência de até 25mbs instalados nas casas dos munícipes. Prazo de no máximo 20 dias para instalação dos equipamentos nas torres. A mensalidade do plano será cobrada diretamente dos usuários. Em caso de quedas, deverá ter descontos para os clientes correspondendo o tempo de inexistência de sinal. Esse valor será pago apenas uma vez, sendo que a contratada deverá manter a qualidade dos serviços e cumprir as cláusulas do edital, durante o período de 1 ano contados da assinatura do contrato.	R\$ 500,00



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)

Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),

A quem confere(m) amplos poderes para junto a Administração Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, praticar atos necessários para representar a outorgante no processo licitatório nº 00/2019, na modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer está para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO

.....(RAZÃO SOCIAL).....

a) Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº. /, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o Edital.

b) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao que determina o Edital.

...../...../..... de 2019.

(Representante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, juntamente com os documentos de CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ, 210.

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DECLARAÇÃO

.....RAZÃO SOCIA....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a)REPRESENTANTE.....

infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº, para os fins de participação no Pregão Presencial Nº .../....., e para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, **DECLARA** expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe.

...../...../..... de 2019.

(REPRESENTANTE)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, juntamente com os documentos de CREDENCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2019. Contrato de compra

O **Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina**, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. **VILMAR SCHMAEDECKE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua _____, nº. ____, Bairro_____, no Município de _____ - SC, inscrito no CNPJ sob nº. _____, neste ato representado pelo seu proprietário _____, brasileiro, residente e domiciliado no Município de _____ - SC, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório nº. 48/2019, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para instalação de uma rede de dados com sinal e acesso a rede Mundial de computadores (Internet), baseada em cabeamento de fibra óptica nas secretarias municipais, e de sinal de internet para as torres localizadas nas Linhas Poço Parado e Traíras, conforme descrição dos itens, valores máximos expressos abaixo:

Lote	Quant	Und	Descrição	Valor Máximo/mês:	Unit.
01	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Administração. Um link de internet de no mínimo 30MBPS Download, com garantia de 100% de banda contratada, e um link de no mínimo 15 MBPS Download com garantia de 100% de banda contratada.		
	12	Mês	INTERNET FULL – Secretaria de Saúde. Sendo de no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%, IP FIXO.		
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.		
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Agricultura. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.		
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de Estradas e Rodagem. Sendo no mínimo 15 MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.		
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Secretaria de		



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



			Assistência Social. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Conselho Tutelar. Sendo no mínimo 15 MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Creche Municipal. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	
	12	Mês	INTERNET FIBRA ÓTICA – Centro de Convivência e fortalecimento de vínculos. Sendo no mínimo 30MBPS de velocidade, com garantia de taxa de transmissão de 100%.	
02	01	Ser	Sinal de internet para as torres da Linha Poço Parado e Linha Traíras – com sinal de internet em cada torre de no mínimo 100mbs, sendo que cada torre deverá ter equipamentos novos com tecnologia AC, com cabos e conectores blindados para cada ponto de acesso, suporte de equipamentos, podendo ser alimentados com energia elétrica ou painel solar (painel solar 275w, bateria 220ah estacionária, controlador carga 30ah estacionaria painel solar, caixa para bateria solar, mantendo até 06 (seis) dias de conexão sem interrupção em caso de não haver sol) com equipamentos com capacidade de transferência de até 25mbs instalados nas casas dos munícipes. Prazo de no máximo 20 dias para instalação dos equipamentos nas torres. A mensalidade do plano será cobrada diretamente dos usuários. Em caso de quedas, deverá ter descontos para os clientes correspondendo o tempo de inexistência de sinal. Esse valor será pago apenas uma vez, sendo que a contratada deverá manter a qualidade dos serviços e cumprir as cláusulas do edital, durante o período de 1 ano contados da assinatura do contrato.	

Parágrafo primeiro: O serviço de implantação para fornecimento do sinal de internet correrá por conta da contratada.

Parágrafo segundo: Nos planos de sinal de internet para os órgãos públicos e para as torres das Linhas Poço Parado e Traíras, a contratada deverá realizar a instalação, manutenção e disponibilização de equipamentos externos e cabeamento de alta velocidade, necessários para o funcionamento do sinal de internet, com whatsapp e telefone disponível para contato direto com o suporte, e prazo máximo de 30 minutos para iniciar os reparos em caso de problemas lógicos, e de 02 horas em caso de problemas físicos, se não forem decorrentes de acidentes externos, como poste caído.

Parágrafo terceiro: Todos os itens ficam sujeitos as regras da ANATEL.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONOMICO-FINANCEIRAS

DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados, para o período de 12 meses é de R\$ _____ (_____ reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, até o 5º dia útil após a liquidação, devidamente atestada pelo Secretário da Pasta, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação, da qualidade, quantidades e funcionamento do objeto.

A critério da Contratante poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros e/ou ao Município, de responsabilidade da Contratada.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas na cláusula primeira deste termo contratual, sob pena de recusa sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral.	3390000000000000	Aplicação direta

DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse da administração municipal e aceito pela contratada, mediante termo aditivo por iguais e suscetíveis períodos por até 60 meses, sendo reajustado após 12 meses pelo índice INPC médio dos últimos 12 meses.

DO REAJUSTAMENTO.

Os preços somente poderão ser reajustados, ao final de 12 meses, pelo INPC médio acumulado dos últimos 12 meses.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

I - realizar a entrega do sinal de internet, objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais/serviços fornecidos;

III - cumprir os horários de atendimento e disponibilizar ferramenta online para media periodicamente a velocidade contratada com fins de aferição;



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, e demais custos que se fizerem necessários para a entrega efetiva do serviço.

VII – fornecer todos os materiais, equipamentos e serviços necessários para a manutenção e entrega efetiva do sinal de internet por todo período do contrato.

VIII – disponibilizar profissionais especializados e treinados dentro das normas exigidas pelos órgãos fiscalizadores para cada área de atuação exigida nos itens (objeto da licitação).

IX – fornecer, sem custo para o município, todos os materiais, peças, materiais e equipamentos externos, necessários para o bom funcionamento e recebimento do sinal de internet, mantendo assim a qualidade total do serviço contratado.

X - Nos planos de sinal de internet para os órgãos públicos e para as torres das Linhas Poço Parado e Traíras, a contratada deverá realizar a instalação, manutenção e disponibilização de equipamentos externos e cabeamento de alta velocidade, necessários para o funcionamento do sinal de internet, com whatsapp e telefone disponível para contato direto com o suporte, e prazo máximo de 30 minutos para iniciar os reparos em caso de problemas lógicos, e de 02 horas em caso de problemas físicos, se não forem decorrentes de acidentes externos, como poste caído. A assistência técnica deverá ser durante toda a execução do contrato.

XI – A Empresa Contratada deverá disponibilizar um canal para contato 24 horas para solicitação de serviços ou manutenção da rede.

XII - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Processo Licitatório nº. 48/2019.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

I - Fiscalizar através dos secretários Municipais, ora nominados fiscais do contrato, a entrega e a qualidade do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

II – encaminhar para pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada por intermédio do fiscal do contrato as penalidades regulamentares e contratuais.

IV - Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no objeto.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto da licitação será fiscalizado pelos Secretários Municipais ora nominados fiscais do Contrato, o qual deverá ser entregue e instalado na Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista e suas Secretarias, no prazo máximo de 30 dias corridos, em todos os setores informados no objeto, sendo que neste período a contratada deverá manter o sinal já existente, realizando a transição somente após a instalação de todos os equipamentos, para que não sejam prejudicados os trabalhos das secretarias.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato (Secretario(a) da Pasta) e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por hora de atraso cada vez que houver falta/falha na assistência técnica e demora em solucionar os problemas no fornecimento do sinal, conforme cláusula terceira, inciso X.

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de suspensão nos serviços ou infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência.

c) De 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas inciso I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

CLAUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



- c) A lentidão do seu cumprimento e na solução dos problemas com as impressoras;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela autoridade máxima Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

A comunicação da vontade de rescindir, para a contratada, deverá ser comunicada com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, por documento devidamente assinado e protocolado.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº. 8666/93, consolidada, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa prevista no item 11.2.2 deste Edital, atualizado monetariamente pelos índices iniciais.

CLAUSULA OITAVA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal n.º. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº. 48/2019.

CLAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), __/__/2019.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

CONTRATADA

CNPJ sob nº.

Representante Legal

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessor Jurídico

Testemunhas:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ___/2019

Contrato de Prestação de Serviço.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina

